

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2016**

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação para discutir a ocupação de escolas públicas por estudantes secundaristas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a ocupação de escolas públicas por estudantes secundaristas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na oportunidade, sugerimos sejam convidados:

- Manuel Palacios da Cunha e Melo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC);
- Emerson Santos, Presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas de São Paulo (UPES SP);
- José Renato Nalini, Secretário de Educação do Estado de São Paulo;
- Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo;
- Antonio José Vieira de Paiva Neto, Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro;
- Representante da União Estadual dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro (UEESRJ) ou da Associação de Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro (AERJ); e

- Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em setembro de 2015, o governo do Estado de São Paulo anunciou um projeto de reorganização das escolas de educação básica, dando origem, no mês seguinte, a um amplo movimento de ocupação das escolas públicas por parte dos estudantes contrários ao projeto. Mais de 150 escolas foram ocupadas por mais de um mês, até o anúncio da suspensão do projeto de reorganização.

Poucos meses depois, o Estado de São Paulo vive nova situação de ocupação de escolas por estudantes, desta vez em protesto a supostos desvios de recursos da merenda escolar, que teriam deixado inúmeras escolas estaduais mantidas com pouco mais que biscoitos e achocolatado. Os dados oficiais apontam 12 escolas ocupadas, entre elas o Centro Tecnológico Estadual Paula de Souza, além da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, onde os estudantes secundaristas pedem a imediata instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – para investigar os desvios relativos aos recursos da merenda escolar.

No Estado vizinho, o Rio de Janeiro, registram-se, no momento, mais de 70 setenta escolas estaduais ocupadas por estudantes, em apoio à greve dos professores da rede estadual e a propósito da demanda de melhorias nas escolas e na educação pública estadual. Assim como os secundaristas de São Paulo, os do Rio de Janeiro também acusam gestores por desvios de recursos públicos, ademais do mau uso de recursos materiais existentes nas escolas, todavia sonegados aos estudantes, a exemplo de livros novos, equipamentos de informática, instrumentos musicais e outros.

Em ambos os contextos, os estudantes têm recebido apoio e solidariedade das comunidades locais, ao passo em que enfrentam sucessivas investidas das forças policiais para reintegrações de posse, muitas das quais,

ilegais e arbitrárias. Seu grito de guerra dá a tônica da modalidade de ação política adotada, “ocupar e resistir”, a qual não pode e não deve passar ao largo do conhecimento desta Comissão de Educação, assim como não se pode ignorar as graves denúncias que dão origem à reação dos estudantes.

Tendo em vista as atribuições regimentais cabíveis a este douto Colegiado, apresento o presente Requerimento para realização de Audiência Pública, a fim de que as partes litigantes – estudantes e governos estaduais – possam expor demandas e considerações, bem como importantes instituições mediadoras, como os respectivos ministérios públicos estaduais e o Ministério da Educação – responsável por transferência de recursos, materiais e equipamentos à educação básica pública no País – tenham a oportunidade de, chamados ao debate, apresentar posição.

Certo da urgência e relevância da presente proposta peço o apoio dos pares para sua mais célere aprovação.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2016.

Deputado **SÉRGIO VIDIGAL**  
(PDT/ES)